

OS PERSISTENTES PROBLEMAS ESTRUTURAIS DAS ELEIÇÕES AMERICANAS: LIÇÕES DE 2004

Jeremy D. Mayer

Nas eleições nacionais norte-americanas de 2004, o Partido Republicano, liderado por George W. Bush, obteve do eleitorado uma retumbante vitória para um novo mandato. Os receios de vários observadores de que a América voltasse novamente a enfrentar uma crise constitucional, tal como acontecera nas eleições de 2000, não se verificaram, uma vez que o resultado das eleições foi amplamente aceite como tendo sido relativamente transparente. Nesse sentido, foi um regresso à normalidade política nos Estados Unidos. No entanto, sob esta aparência superficial de estabilidade, há uma tensão em eferescência no sistema eleitoral norte-americano. Esses problemas sistémicos estiveram presentes em 2004 e, em muitos casos, mostraram sinais de agravamento.

Este ensaio recorrerá às eleições de 2004 para expor os problemas contínuos da votação, das eleições presidenciais e da divisão do Congresso em círculos eleitorais, e examinará as reformas possíveis a aplicar no processo eleitoral norte-americano.

VOTAR NA AMÉRICA: RARO E DIFÍCIL

Os Estados Unidos têm uma das mais baixas taxas de participação eleitoral das democracias industrializadas. A taxa média de participação eleitoral nas presidenciais norte-americanas ronda os 50 por cento, sendo os 55 por cento das eleições presidenciais de 1992 uma das mais altas taxas de que há memória nos tempos mais recentes¹. A média de afluência às urnas em eleições intercalares (nos anos pares em que não há eleições presidenciais) ronda os 35 por cento, e a participação em anos ímpares, em que se escolhem muitos cargos locais e estatais, é por vezes significativamente inferior. A afluência nas eleições primárias, em que os eleitores que apoiam cada partido escolhem os candidatos presidenciais, podem descer aos cinco por cento de eleitores aceitáveis.

Em 2004, a percentagem de afluência às urnas disparou, ultrapassando os 60 por cento de eleitores aceitáveis². Este valor foi mais elevado do que qualquer outro desde 1968, ano em que votaram 61 por cento dos eleitores. Os analistas apontaram como causas para este facto a grande ênfase posta na caça aos votos por parte de ambas as campanhas

e dos seus grupos de apoio. Para além disso, os ataques do 11 de Setembro, a guerra no Iraque, a proximidade dos dois candidatos nas sondagens, e a memória da eleição à justa em 2000 foram encarados como tendo contribuído para o pico de afluência às urnas. Ainda assim, os níveis de afluência em 2004 foram inferiores aos da maior parte das democracias modernas. Por que são os eleitores norte-americanos tão apáticos? Existem várias respostas na literatura sobre ciência política. Talvez os americanos não votem porque não lhes são dadas as opções adequadas, com apenas dois partidos, por vezes

OS NÍVEIS DE AFLUÊNCIA EM 2004
FORAM INFERIORES AOS DA MAIOR PARTE
DAS DEMOCRACIAS MODERNAS. POR QUE SÃO
OS ELEITORES NORTE-AMERICANOS TÃO APÁTICOS?

inconsistentes e difíceis de distinguir, por oposição aos partidos, mais coerentes e ideológicos, que podemos encontrar nas democracias europeias. Talvez os Estados Unidos tenham baixos níveis de afluência às urnas por os norte-americanos estarem

relativamente satisfeitos com a natureza do seu governo e da sua sociedade. Estas explicações, baseadas na atitude da população, correspondem apenas a uma parte da questão. Outros estudos apontam para factores estruturais para explicar a fraca afluência eleitoral na América.

Primeiro, nos Estados Unidos o dia de eleições não é feriado nem fim-de-semana. Isto provoca uma tensão em relação ao acto eleitoral por parte dos trabalhadores que ganham à hora, e que por vezes não se podem permitir meter dispensa para ir votar. Além disso, o recenseamento eleitoral nos Estados Unidos está longe de ser automático. Cada estado trata separadamente do recenseamento, e a maioria deles delega essa responsabilidade no governo local. Assim, sempre que um americano muda de morada, mesmo que seja no mesmo distrito ou na mesma cidade, tem de voltar a recensear-se. Muitos dos estados não permitem o recenseamento no próprio dia das eleições, pelo que os eleitores têm de decidir que vão votar semanas antes do acto eleitoral. Os estados também estabeleceram diferentes critérios relativamente às eleições, à luz das vagas linhas de orientação definidas na constituição federal. Alguns dos estados retiram os privilégios vitalícios eleitorais a quem tiver cometido algum crime, pelo que os direitos eleitorais diferem muito de estado para estado. Em muitos estados há também uma «penalização» ligada ao recenseamento: o recenseado passa a poder ser escolhido para tomar parte de um júri em tribunal. Normalmente, os membros do júri são seleccionados a partir da lista de eleitores recenseados, o que representa um desincentivo ao recenseamento entre as muitas pessoas que consideram a participação no júri como um serviço oneroso.

Há, ainda, uma outra razão para o facto de os eleitores se manterem afastados das urnas, que é uma característica fora do comum do federalismo norte-americano: as nossas eleições nacionais são organizadas por autoridades locais de acordo com regras e procedimentos locais. Ao contrário da maioria dos outros sistemas federais, o governo nacional delega nos estados a função de organizar as eleições nacionais. Na maioria dos estados a delegação chega ao nível do governo local. Cada cidade e cada distrito tem de

pagar o seu próprio equipamento para votar. Com efeito, as eleições são uma ordem legal, sem financiamento, do governo central às localidades. O governo federal exige que se realizem eleições e estabelece linhas de orientação para a sua organização, quase sem providenciar financiamento. Assim, sobretudo em localidades com maiores apertos financeiros, as eleições americanas são organizadas recorrendo a equipamento falível e desactualizado. Isto pôde ser testemunhado pelo mundo inteiro em 2000, enquanto a Florida se embrenhava num processo de recontagem dos votos que durou um mês, que foi ainda mais dificultado pela falta de sistemas de votação modernos ou até de meios de recontagem uniformes no seio do próprio estado.

O doloroso efeito do federalismo nas eleições norte-americanas voltou a evidenciar-se em 2004, com alguns eleitores do decisivo estado do Ohio a fazerem fila durante mais de sete horas para poderem participar com o seu voto. Provavelmente, os eleitores das regiões apoiantes de Kerry esperaram ainda mais tempo, porque nas zonas mais pobres há menos máquinas de voto e menos pessoal disponível³. As regiões com baixo rendimento não estavam simplesmente preparadas para uma afluência tão elevada às urnas. Ficaremos sem saber quantos milhares de eleitores se dirigiram de carro aos locais de voto e não pararam ao ver as filas que se estendiam até à rua, debaixo de chuva. As regiões com menores rendimentos também usam sistemas de voto com maior margem de erro. Só no Ohio foram invalidados ou inutilizados nada mais do que 90 mil votos. A margem de erro a nível nacional pode ter ultrapassado o recorde de 2000 de quase dois milhões de votos invalidados, o que corresponde a quase dois por cento da totalidade dos boletins usados. Nalguns casos, nas zonas de maioria afro-americana, a probabilidade de os votos terem ficado por contar multiplicou-se por dez⁴.

Vários estados já tentaram fazer com que as suas eleições funcionassem melhor, introduzindo mudanças inovadoras, como, por exemplo, boletins enviados por correio, votação antecipada e alterações às leis do recenseamento. Mas essas mudanças, embora encorajadoras, não conseguiram resolver o problema nacional do acto eleitoral. Nalguns casos, como foi a confusa mudança dos boletins na Califórnia em 2000, as iniciativas podem até desencorajar a ida às urnas ao tornarem a votação ainda mais complicada. Um outro problema relacionado com o controlo estadual das eleições é o facto de a maioria dos estados permitir que os partidos em competição inspeccionem as eleições. Em 2000 e em 2004 as eleições nos estados cruciais da Flórida e do Ohio foram inspeccionadas por apoiantes de Bush. Quando os Estados Unidos aconselham a Autoridade Palestiniana ou o Governo Provisório do Iraque acerca do modo de realizar eleições respeitáveis, dizem a estas democracias embrionárias que é necessário estabelecer uma separação entre a administração das eleições e os partidos em campanha. Mas na maioria dos estados norte-americanos isso simplesmente não acontece. Quando surge a necessidade de recontagem ou quando os resultados são contestados, estes estão quase sempre sujeitos, pelo menos à impressão, que é muitas vezes uma realidade, de que há parcialidade partidária. Se se tiver cada vez mais a

sensação de que as eleições não são justas haverá cada vez menos americanos a votar. Um outro motivo para a fraca afluência às urnas pode ter a ver com o modo como os americanos escolhem o seu presidente: o Colégio Eleitoral.

O COLÉGIO ELEITORAL: UM LEGADO POUCO DEMOCRÁTICO DOS PAIS FUNDADORES

Os nossos Pais Fundadores optaram pelo Colégio Eleitoral em detrimento de um sistema de voto directo por dois motivos essenciais: temiam que os maiores estados dominassem em situação de voto directo, e alguns deles achavam que as massas não teriam o discernimento necessário para escolher. Assim, decidiram filtrar os desejos do povo através de um processo de selecção de duas fases em que os estados escolheriam eleitores presidenciais de acordo com a representação do seu estado no Congresso. Aquele que ganhar a maioria dos votos no Colégio Eleitoral torna-se presidente. Embora os governos de cada estado pudessem, se quisessem, simplesmente nomear eleitores para o Colégio, como fizeram na primeira eleição presidencial, hoje em dia todos os cinquenta estados optam por realizar eleições, que estabelecem o voto eleitoral em cada estado com base no sistema de um único vencedor⁵. Como a representação na Câmara do Senado não é feita em função da quantidade de população, os estados mais pequenos têm um poder desproporcionado no Colégio. Porque é que este sistema origina uma fraca afluência às urnas? Primeiro, porque encoraja os candidatos a visarem os estados com um maior equilíbrio do número de apoiantes dos dois partidos, uma vez que a única coisa que conta é ganhar maiorias ou apoios alargados em estados inteiros. O nível de afluência em estados que são «campo de batalha» para os candidatos subiu mais de 65 por cento em 2004, mais do dobro do incremento em estados que não o são⁶. Embora a prática de visar determinados estados seja tão velha como o Colégio Eleitoral, hoje em dia as campanhas presidenciais são muito mais eficazes nessa actividade graças às múltiplas sondagens públicas e privadas. Em 2004, as duas campanhas concentraram-se

UMA ÚLTIMA CONSEQUÊNCIA DO SISTEMA DO COLÉGIO ELEITORAL É O FACTO DE, OCASIONALMENTE, O PODER DESPROPORCIONADO ATRIBUÍDO AOS ESTADOS MAIS PEQUENOS ACABAR POR NOMEAR UM VENCEDOR QUE, NA VERDADE, PERDEU DE ACORDO COM OS VOTOS DA POPULAÇÃO.

no menor número de estados de sempre, deixando os eleitores dos três maiores estados da América, a Califórnia, o Texas e Nova Iorque, praticamente fora da campanha eleitoral. Os residentes dos estados que não correspondiam a «campos de batalha» não foram encorajados a votar, e de facto muitos não o fizeram⁷.

Uma última consequência do sistema do Colégio Eleitoral é o facto de, ocasionalmente, o poder desproporcionado atribuído aos estados mais pequenos acabar por nomear um vencedor que, na verdade, perdeu de acordo com os votos da população. Isto aconteceu, claro está, em 2000, mas também em 1960, 1888, 1876 e 1824. Para muitos americanos isto vem confirmar que o seu voto não conta. As críticas académicas ao Colégio Eleitoral, assim como as propostas de reforma por parte da população, continuam a aparecer⁸.

ORGANIZAÇÃO DOS CÍRCULOS ELEITORAIS: O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA INCUMBÊNCIA

A forte votação em Bush foi também o resultado do êxito do seu Partido Republicano em apoiar-se em ambas as Câmaras do Congresso para mais um mandato. Em 2006, os Republicanos terão controlado o Congresso ininterruptamente durante doze anos, um recorde moderno para o partido. Há quem já tenha sugerido que isto reflecte uma grande mudança de inclinação partidária, ou um realinhamento, o que significaria que os Republicanos conseguiram uma vantagem confortável sobre os Democratas para o futuro previsível. Contudo, a vitória republicana, pelo menos na Câmara, teve em parte origem numa crescente patologia estrutural do sistema eleitoral americano: a organização dos círculos eleitorais por computador.

Desde a Fundação tem-se permitido que os estados decidam de que forma os seus representantes serão eleitos. Inicialmente, um punhado de estados organizavam eleições gerais e os que eram mais votados recebiam os lugares no Congresso, sem divisão em círculos eleitorais. Contudo, muito rapidamente os estados adoptaram círculos eleitorais de membro único. Desde que o Supremo Tribunal ordenou que houvesse igualdade de população entre os círculos eleitorais em 1964, a sua reorganização tem sido uma batalha que ocorre de dez em dez anos na maioria dos estados quando a Comissão dos Censos emite o relatório dos dados populacionais. Com o auxílio de computadores e de *software* de ponta para criação de mapas os governos de cada estado desenham por vezes círculos eleitorais com o propósito de eleger ou derrotar uma determinada pessoa. Por vezes, as formas dos círculos eleitorais são estranhas e estes nem sequer têm de ser contíguos. Consequentemente, a América tem uma Câmara de Representantes que quase não tem assentos competitivos.

Dos 435 círculos eleitorais do Congresso espalhados por todo o país, houve talvez umas quinze ocasiões em que um incumbente foi seriamente ameaçado por alguém que o desafiasse. Apenas saíram derrotados dois Republicanos e cinco Democratas. A maioria dos incumbentes no Congresso concorrem por círculos que foram especialmente desenhados para eles e não precisam de recear desafios desde que se mantenham livres de escândalos. A vitória dos incumbentes é quase certa quando se tem em conta as finanças da campanha. Nos nossos dias uma corrida ao Congresso na América pode custar muito mais de um milhão de dólares, e no sistema partidário descentralizado dos EUA cada candidato a um círculo eleitoral é responsável pela angariação dessa quantia. Na melhor das hipóteses é uma tarefa temível, mas como a maioria dos doadores sabe que a possibilidade de derrotar um incumbente é de um para dez, tendem a conservar as carteiras bem fechadas.

Na verdade, o número de incumbentes derrotados pelos candidatos da oposição em 2004 é artificialmente elevado, uma vez que quatro dos Democratas foram derrotados por redefinição dos círculos eleitorais e não pelos eleitores. No Texas, o Partido Republicano estadual violou uma norma há muito estabelecida no seio da política norte-americana e redefiniu círculos eleitorais a meio da década. Redefiniram o território de

tal forma que quatro Democratas brancos do Texas ficaram quase perante a fatalidade de perderem os seus assentos, o que garantiu a continuação da maioria republicana na Câmara. Assim, a percentagem real de incumbentes derrotados pelos candidatos da oposição em 2004 é de três entre 399, ou menos de um por cento, o que é uma taxa de reeleição mais elevada do que a taxa de recondução do Politburo durante o regime comunista. Embora houvesse trinta e seis assentos vagos, aos quais nenhum incumbente concorreu para a reeleição, muitos deles eram também pouco competitivos uma vez que tinham sido delineados para favorecer fortemente um partido em particular.

Na teoria democrática clássica, os residentes de um círculo eleitoral escolheriam os seus representantes. Na América moderna são cada vez mais os representantes que escolhem os seus círculos, e são quase invencíveis uma vez em funções. Este tipo de «petrificação»

NA AMÉRICA MODERNA SÃO CADA VEZ MAIS OS REPRESENTANTES QUE ESCOLHEM OS SEUS CÍRCULOS, E SÃO QUASE INVENCÍVEIS UMA VEZ EM FUNÇÕES. ESTE TIPO DE «PETRIFICAÇÃO» DA DEMOCRACIA TEM ÓBVIOS EFEITOS NEFASTOS NA POLÍTICA PÚBLICA, ASSIM COMO NOS NÍVEIS DE AFLUÊNCIA ÀS URNAS.

da democracia tem óbvios efeitos nefastos na política pública, assim como nos níveis de afluência às urnas. Em muitos círculos eleitorais, a vantagem dos incumbentes é de tal modo grande que o partido da oposição não consegue fazer concorrer um novo candidato, deixando os eleitores completamente sem possibilidade de escolha. Durante os anos 70, alguns

investigadores norte-americanos começaram a preocupar-se com as «margens desvanescentes» ou com o número decrescente de assentos na Câmara em que uma alteração marginal nos votos do círculo eleitoral alteraria o resultado final⁹. Se a grande maioria dos assentos estiverem assegurados, há poucos incentivos para que os representantes apresentem respostas às preocupações da população. Depois da grande afluência de incumbentes em 1974 e 1994, a preocupação com as «margens» diminuiu, mas a combinação de computadores, dados detalhados dos censos e de políticas partidárias altamente polarizadas deu origem a um resultado muito pouco democrático, segundo o qual todos os membros da Câmara dos Representantes serão reeleitos até morrerem ou até se reformarem.

POSSIBILIDADES DE REFORMAS

Está claro que são muitas as dificuldades do sistema eleitoral americano: uma taxa de afluência às urnas entre as mais baixas do mundo ocidental, privação do direito de voto a milhões de eleitores através de filas de espera para votar com a duração de sete horas, taxas de inutilização de votos embaraçosamente elevadas, recontagens que têm lugar de acordo com critérios inconsistentes e sujeitos a alterações, e, por fim, uma taxa de reeleição para a Câmara dos Representantes mais alta do que numa ditadura comunista. É possível fazer alguma coisa para mudar isto?

É importante recordar até onde a democracia americana progrediu para chegarmos a este ponto. Na época dos Fundadores só a Câmara dos Representantes era eleita democraticamente, e até essas eleições eram limitadas a homens brancos, que muitas vezes eram proprietários de terras. Pela via da Guerra Civil, de regulamentações jurídicas, de levantamentos sociais e de acções do Congresso o direito ao voto tornou-se praticamente universal, e o governo nacional passou a ser muito mais democrático.

Apesar disso, há vários problemas que só podem ser resolvidos através de emendas à Constituição, o que é extremamente difícil de obter. Assim, é pouco provável que o Colégio Eleitoral sofra alterações profundas, já que os estados mais pequenos anulariam qualquer tentativa de diminuir a sua influência. Há, contudo, a possibilidade de se proceder a uma reforma estado a estado relativamente ao modo como cada um atribui os seus votos. A atribuição de votos dentro do princípio do vencedor único em cada estado não é obrigatória pela Constituição; actualmente, temos dois estados que atribuem os seus votos num sistema de círculos eleitorais no qual há algumas possibilidades de existir uma representação proporcional. Num referendo a nível estadual, em 2004, o Colorado esteve muito perto de adoptar um sistema de representação proporcional para os seus votos presidenciais. As alterações estado a estado da atribuição dos votos eleitorais é a única forma exequível de alterar o Colégio Eleitoral, mas é pouco provável que isso aconteça em breve devido aos interesses partidários.

Contudo, poderiam verificar-se reformas mais amplas do sistema de votação através de legislação do Congresso. Depois da rotura das eleições de 2000, o Congresso aprovou uma lei para ajudar a América a votar (a HAVA*), uma tímida tentativa de resolver alguns dos problemas mostrados ao mundo na Florida. Infelizmente, a maioria dos mandatos foram voluntários ou foram sujeitos a uma grande discricionariedade a nível estadual. Continuam a ser desesperadamente necessárias mais reformas.

Será que o Congresso consegue ir legalmente para a frente com a HAVA? Os opositores apontam para a Constituição, argumentando que os estados sempre organizaram as suas eleições estando apenas sujeitos a um conjunto vago de orientações gerais, como, por exemplo, a não discriminação. Mas o controlo das eleições por parte do estado tem mais a ver com a tradição do que com as leis. Embora a Constituição confira aos estados o poder de estabelecer «o momento, o lugar e o modo» das eleições federais, também acrescenta que «o Congresso pode, por lei, e em qualquer momento, criar ou alterar essas regulamentações». O que poderia um Congresso ousado fazer com esse poder?

RECENSEAMENTO NACIONAL

O controlo do recenseamento por parte dos estados torna o processo eleitoral muito mais difícil do que na maior parte dos outros países. Se os americanos se recenseassem

* N. do T. – Em inglês, *Help America Vote Act*, HAVA.

uma vez, junto do governo nacional, muitos dos problemas do recenseamento desapareceriam por si só. Além disso, o actual sistema, em que cada estado tem a sua própria lista de eleitores recenseados, permite a fraude em massa. Um estudo recente descobriu que mais de 45 mil pessoas estavam recenseadas ao mesmo tempo na Florida

SE OS AMERICANOS SE RECENSEASSEM UMA VEZ,
JUNTO DO GOVERNO NACIONAL, MUITOS DOS
PROBLEMAS DO RECENSEAMENTO
DESAPARECERIAM POR SI SÓ.

e na cidade de Nova Iorque, e pelo menos várias centenas votaram duas vezes na mesma eleição. O recenseamento a nível nacional também acabaria com os critérios aleatórios de votação, que diferem de estado para estado.

CRITÉRIOS E TECNOLOGIA NACIONAL DE VOTO

A qualidade e o rigor da tecnologia empregue nas eleições varia muito de estado para estado. E até de *county* para *county*. Cada vez que um eleitor se muda para outra morada pode ter de aprender uma nova forma de votar, completamente diferente. Alguns dos métodos chegaram a ter taxas de inutilização de boletins de mais de cinco por cento.

Pelo contrário, todos os canadianos usam o mesmo boletim de voto para as eleições federais. Em Novembro de 2000 os canadianos contaram todos os treze milhões de boletins em quatro horas. A América deveria imitar o Canadá e muitos outros países e deveria adoptar critérios nacionais de votação, e procedimentos nacionais para a recontagem e para a contestação dos resultados. O Congresso também deveria atribuir à Comissão Federal de Eleições o poder de inspeccionar a administração de eleições federais, de modo a afastar as influências partidárias.

A ORGANIZAÇÃO DE CÍRCULOS ELEITORAIS: O OSSO MAIS DURO DE ROER

Tal como o Colégio Eleitoral, também pode ser bastante difícil alterar a divisão do território em círculos eleitorais para a Câmara dos Representantes. Embora a Constituição não o conceda explicitamente aos estados, é um poder que eles têm guardado zelosamente. Houve dois acontecimentos positivos que podem ser um presságio de mudanças também positivas. Primeiro, um estado, o Iowa, tem vindo a receber cada vez mais atenção por parte do seu sistema não partidário de divisão do território em círculos eleitorais. Nas eleições intercalares de 2002, os cinco círculos do Congresso para o Iowa tiveram quatro campanhas competitivas, ou seja, mais três do que as que estiveram presentes nos cinquenta e três distritos do Congresso da Califórnia. Ao contrário da grande maioria dos estados, o Iowa organiza os seus círculos eleitorais através de uma comissão não partidária que os define sem se preocupar em proteger incumbentes. Há já outros estados que começam a explorar esse sistema, incluindo o Arizona. O segundo motivo para termos expectativas de reformas na divisão em círculos eleitorais é o facto de o governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, ter apoiado a divisão em círculos eleitorais não partidária no seu estado.

A resposta democrata na Califórnia tem sido compreensivelmente cautelosa porque os membros do partido têm muito a perder. Apesar de o seu governador ser Republicano, a Califórnia, enquanto estado, mostra tendências democratas. Embora os Democratas tenham bons círculos eleitorais em estados por eles controlados, enquanto os Republicanos continuarem a manipular (traçar linhas para ajudar o seu partido) em estados que controlam, estarão em enorme vantagem nas eleições para o Congresso. Mas, pelo menos, a constituição de círculos eleitorais está na agenda do estado mais densamente povoado da América.

PODERÁ VIR A ACONTECER?

Será que alguma destas mudanças terá lugar? Há um potencial para que o embaraço perante a comunidade internacional desempenhe aqui um papel. Seria difícil subestimar o papel da pressão internacional e do embaraço perante a comunidade internacional na última grande mudança nas eleições norte-americanas, quando os negros adquiriram o direito de votar em todo o país¹⁰. Em 2004, pela primeira vez na história houve observadores que assistiram formalmente às eleições americanas. Apesar de não terem assistido a fraudes nem a roubos de votos, alguns dos observadores ficaram surpreendidos com o comprimento das filas e com as ineficácias do sistema. Também temos em conta a possibilidade de surgir uma onda popular de desagrado contra os incumbentes entrincheirados no Congresso, semelhante à «revolução republicana» de 1994, que acabou com quarenta anos de controlo democrata na Câmara dos Representantes.

Seria provavelmente constitucional que o Congresso ordenasse que todos os estados se empenhassem numa divisão territorial mais justa de círculos eleitorais. Um Republicano propôs inclusive uma versão limitada dessa legislação em 1989, mas uma tal intrusão nacional no poder legislativo do estado dificilmente acontecerá no actual Congresso. Infelizmente, nem a raiva popular nem o embaraço perante a comunidade internacional conseguem reunir a força política suficiente para fazer que algumas destas reformas sejam adoptadas. Portanto, no futuro previsível, as eleições americanas continuarão a apresentar esses graves defeitos. Poderá ser necessário mais um desastre na Flórida para encorajar a adopção das reformas necessárias. **RI**

TRADUÇÃO: JORGE FILUZEAU GARCIA

NOTAS

- 1** Mayer, Jeremy D. e Clyde Wilcox. 2000. «Understanding Perot's Plummet», in *Ross For Boss: Mass and Elite Perspectives*, Ted Jelen (ed.), Albany: State University of New York Press.
- 2** Faler, Brian. 2005. «Election Turnout in 2004 Was Highest Since 1968», in *Washington Post*, 15 de Janeiro, A05.
- 3** Dao, James, Ford Fessesfen, e Tom Zeller Jr. 2004. «Voting Problems in Ohio Spur Call for Overhaul», in *The New York Times*, 4 de Dezembro. A1.
- 4** Palast, Greg. 2004. «The Sour Smell of Spoiled Ballots», in *AlterNet*. 21 de Junho. [Alternet.org].
- 5** Há dois estados, o Maine e o Nebraska, que distribuem os seus votos através de um sistema diferente, que permite uma representação mais proporcional.
- 6** Gans, Curtis. 2004. «President Bush, Mobilization Drives Propel Turnout to Post-1968 High», in *Relatório da Comissão para o Estudo do Eleitorado Norte-Americano*, 4 de Novembro.
- 7** Um outro problema prende-se com o facto de os eleitores de cada estado continuarem a manter o direito de votar de acordo com as suas preferências e não de acordo com a preferência da população dos seus estados. Por outras palavras, podem mudar de opinião. Isto aconteceu quer em 2000 quer em 2004, mas o resultado eleitoral não foi afectado. Este problema do «eleitor sem fé» emerge como uma ameaça anti-democrática no futuro (Bakst, Brian. 2004. «Minnesota Elector Casts Edwards Vote», in *Grand Forks Herald*, 14 de Dezembro).
- 8** Edwards, George C. e Neal R. Peirce. 2004. *Why the Electoral College Is Bad for America*. New Haven, CT, Yale University Press.
- 9** Mayhew, David R. 1974. «Congressional Elections: The Case of the Vanishing Marginals», in *Polity*, 6, pp. 295-317.
- 10** Mayer, Jeremy D. 2002. *Running on Race: Racial Politics in Presidential Campaigns*, Nova York, Random House.